

Presidente da ANA defende mudanças da lei sobre crimes ambientais

12:26

Daisy Nascimento
Repórter da Agência Brasil

Rio - O diretor-presidente da Agência Nacional de Águas (ANA), Jerson Kelman, defendeu mudanças na lei de crimes ambientais de forma a permitir uma melhor adequação da preservação do meio ambiente à necessidade de implantação de projetos sociais e econômicos. “A Lei Ambiental prevê punição ao analista de um órgão ambiental que dê uma licença para projetos que o Ministério Público considere danosos à natureza”, explicou Kelman. Ele defendeu uma avaliação mais profunda em relação aos custos e benefícios de um projeto levando em consideração não só a questão ambiental, mas também o desenvolvimento econômico e social das regiões do país como um todo.

Para o diretor-presidente da ANA, todo projeto de desenvolvimento provoca algum dano para o meio ambiente. Ele citou como exemplo as usinas hidrelétricas, que apesar de causarem efeitos negativos ao meio ambiente e à população, que precisou ser deslocada para que as usinas fossem construídas, representa um avanço no desenvolvimento do país. Jerson Kelman fez questão de frisar que essa é uma posição pessoal, que não reflete o pensamento da ministra do Meio Ambiente, Marina Silva. Ele está representando a ministra no I Fórum Nacional sobre Governança Costeira, que está sendo realizado no Forte de Copacabana.

Durante dois dias representantes dos governos federal e estadual e da sociedade civil, além de empresários, vão discutir os problemas da costa brasileira e o desenvolvimento das comunidades litorâneas. Jerson Kelman disse ainda que num país como o Brasil, que ainda se encontra em desenvolvimento e enfrenta a pobreza em várias regiões, não se pode pensar em resolver os problemas ambientais com um “estalar de dedos”, apesar de todo o empenho do Governo Federal.

06/10/2004